



## Demonstrações Financeiras do Exercício de 2025 Companhia de Saneamento de Sergipe - Deso

CNPJ: 13.018.171 / 0001-90

### MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA

O Relatório da Administração da Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO), referente ao exercício de 2025, apresenta uma visão consolidada do desempenho institucional, operacional e econômico-financeiro da Companhia, evidenciando seu compromisso com a transparência, a boa governança corporativa e a observância da legislação aplicável às empresas estatais, bem como às diretrizes do Marco Regulatório do Saneamento Básico.

Em decorrência da concessão de parcela dos serviços de saneamento básico, a DESO passou a operar sob uma nova configuração institucional, concentrando sua atuação nas atividades de captação e

tratamento de água. Essa redefinição estratégica contribui para o fortalecimento dos padrões de qualidade, a continuidade do abastecimento e o aprimoramento da eficiência operacional.

Os resultados alcançados ao longo do exercício refletem a implementação de soluções tecnológicas e o desenvolvimento de projetos estruturantes voltados à otimização dos processos operacionais, ampliando a segurança hídrica e assegurando o atendimento às demandas dos operadores responsáveis pela distribuição dos serviços.

A gestão de pessoas manteve-se como eixo estratégico da atuação da Companhia, com ênfase na capacitação técnica, no desen-

volvimento profissional e na promoção de um ambiente de trabalho ético, inclusivo e seguro, elementos fundamentais para o aumento da produtividade, o fortalecimento do desempenho institucional e a consolidação de uma cultura organizacional orientada a resultados.

Por fim, o Relatório evidencia a solidez econômico-financeira da DESO, o compromisso permanente com a qualidade da água produzida, a preservação ambiental e a responsabilidade social, além de registrar o reconhecimento aos colaboradores e parceiros, reafirmando o empenho da Companhia na melhoria contínua, na inovação e na sustentabilidade de suas operações.

### BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

ATIVO	Valores Expressos em R\$(1)		
	NOTA	2025	2024
<b>CIRCULANTE</b>		<b>709.069.778</b>	<b>739.399.263</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>522.972.345</b>	<b>488.797.833</b>
Caixa e bancos		365.703	8.651.285
Aplicações de liquidez imediata <sup>5</sup>		22.606.642	480.146.548
<b>DIREITOS REALIZÁVEIS</b>		<b>186.097.434</b>	<b>250.601.430</b>
Contas a receber de Usuários	3.e	181.690.227	240.349.798
Estoques	3.f	2.014.893	1.391.838
Outros créditos		2.392.314	8.859.794
<b>NÃO-CIRCULANTE</b>		<b>1.468.279.740</b>	<b>2.470.676.639</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>96.045.528</b>	<b>263.776.904</b>
Transações com partes relacionadas	3.g	94.923.202	261.477.480
Bloqueios judiciais		413.254	1.591.245
Tributos a recuperar		709.072	708.179
<b>IMOBILIZADO</b>	3.h	<b>1.372.234.212</b>	<b>2.206.899.735</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>2177.349.518</b>	<b>3.210.075.902</b>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

PASSIVO	Valores Expressos em R\$(1)		
	NOTA	2025	2024
<b>CIRCULANTE</b>		<b>143.105.257</b>	<b>154.798.644</b>
Fornecedores		31.686.659	41.259.926
Impostos, taxas e contribuições diversas	4	5.562.036	9.328.846
Empréstimos e financiamentos	5	81.065.000	71.592.910
Parcelamentos	6	7.174.572	5.674.924
Salários e ordenados a pagar		2.700.160	1.473.383
Encargos Sociais a pagar		3.818.629	7.353.856
Provisões s/ remuneração e encargos	7	10.066.808	13.298.577
Cauções e Retenções contratuais		1.024.296	985.798
Outras contas a pagar	8	7.099	3.830.425
<b>NÃO-CIRCULANTE</b>		<b>452.882.913</b>	<b>1.056.265.578</b>
Empréstimos e financiamentos	5	163.744.904	213.039.335
Parcelamentos	6	25.459.597	15.374.896
Transações com partes relacionadas	3.g	94.923.202	653.693.699
Provisão Para Contingências	9	26.865.410	32.267.847
Recursos Vinculados a Convênios	10	141.889.800	141.889.800
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.581.361.348</b>	<b>1.999.011.680</b>
Capital realizado	11	1.302.000.000	1.302.000.000
Subscrito		1.302.000.000	1.302.000.000
Reservas de Capital		20.112.383	20.112.383
Reservas de Lucros		-	331.430
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	12	762.712.489	739.690.828
Prejuízos Acumulados		(503.463.523)	(63.122.960)
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>2.177.349.518</b>	<b>3.210.075.902</b>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

Luciano Gois Paul  
Diretor-Presidente

Kleber Curvelo Fontes  
Diretoria Técnica

João Quintiliano da Fonseca Neto  
Diretoria de Mercado, Exp. e Sustent.

Wladimir Alves Torres  
Diretoria Administrativa

Gilvan dos Santos  
Diretoria de Produção e Qualidade

Edivane da Silva Santos  
Contador CRCBA-019579/O

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Valores Expressos em R\$(1)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO (“Companhia”), com sede na Rua Campo do Brito, 331, Bairro 13 de Julho, Aracaju/SE, é uma sociedade de economia mista, dotada de personalidade jurídica de direito privado. Criada pelo Decreto-Lei Estadual nº 109, de 25 de agosto de 1969 (e alterações posteriores), tem como acionista controlador o Governo do Estado de Sergipe.

A Companhia tem por objeto social a prestação de serviços de saneamento básico compreendendo as seguintes atividades: I – Captação, adução, tratamento, reservação e comercialização de água bruta e tratada; II – Realizar estudos, projetos, construção, operação e exploração dos serviços de saneamento de água e de esgotos sanitários, bem como as infraestruturas complementares; III – Coleta, manejo, tratamento e destinação final de resíduos sólidos domésticos e industriais e seus subprodutos; IV – Drenagem e manejo de águas pluviais urbanas; V – Produção, armazenamento, conservação e comercialização de energia gerada; VI – Prestação de consultoria, assistência técnica e certificação nas atividades relacionadas ao saneamento básico; VII – Comercialização de serviços, produtos e direitos que direta ou indiretamente decorram de seus ativos patrimoniais, empreendimentos e atividades.

O exercício de 2025 consolida a maior transformação estrutural na história da Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO), fundamentada no Novo Marco Legal do Saneamento (Lei Federal nº 14.026/2020) e nas diretrizes estabelecidas pela Microrregião de Água e Esgoto de Sergipe (MAES). Este processo teve seu marco inicial no leilão de concessão parcial realizado em 2024,

no qual a concessionária Iguá Saneamento sagrou-se vencedora para assumir a exploração dos serviços de distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto. A nova estrutura redefine o papel estratégico da DESO, que deixa de atuar na ponta final do consumo (do rio à torneira) para se posicionar como produtora de água tratada.

No mês de abril de 2025, encerrou-se formalmente o período de operação assistida, ocorrendo a transferência definitiva da responsabilidade operacional dos sistemas de distribuição de água e esgotamento sanitário para a concessionária. A partir deste marco, as atividades da DESO concentraram-se nos processos de captação e tratamento de água bruta. A relação comercial e operacional entre a Companhia e a concessionária passou a ser regida pelo Contrato de Interdependência, instrumento que define os volumes de água fornecidos, os padrões de qualidade e a tarifa, que passa a constituir a base principal das receitas operacionais da DESO.

Como reflexo direto dessa mudança de controle e posse da infraestrutura, a Companhia promoveu, no exercício de 2025, a baixa contábil dos ativos vinculados à concessão parcial. Os bens que compunham o Ativo Imobilizado relativos às redes de distribuição, ramais e sistemas de coleta foram baixados em decorrência do encerramento da exploração direta por parte da DESO. Dessa forma, o patrimônio remanescente da Companhia passou a ser composto essencialmente por ativos estratégicos vinculados à produção de água, adução e infraestrutura de segurança hídrica, refletindo com fidedignidade a nova realidade operacional e patrimonial da entidade após a transferência dos serviços.

#### DFC – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Valores Expressos em R\$(1)	
	2025	2024
Lucro Líquido do Período	(440.671.993)	10.018.432
Ajustes para reconciliar o lucro líquido:	1.003.641.259	77.526.886
Depreciação e amortização	56.720.666	52.994.312
Provisão p/perdas na realização de créditos (Ganho) Perda na baixa do do ativo imobilizado	37.750.869	2.093.335
Juros e Encargos dos Parcelamentos e financiamentos	882.374.345	-
Variação monetária sobre financiamentos	26.795.379	22.439.239
Ajustes de Exercício Anterior	-	-
Lucro Líquido Ajustado:	562.969.266	87.545.317
Variação das contas do ativo e passivo circulantes:	(392.262.292)	339.242.433
Clientes	20.999.966	(40.191.173)
Estoques	(623.054)	(408.680)
Outros créditos	6.467.479	(7.015.701)
Ativo Financeiro Concessão	(392.216.219)	392.216.219
Outras contas ativas de longo prazo	1.177.099	1.347.618
Fornecedores	(9.622.807)	521.557
Retenções contratuais	38.498	(143.529)
Contas a pagar	(3.823.326)	2.015.939
Outros débitos	(5.402.438)	2.332.114
Impostos, taxas e contribuições diversas	(3.766.810)	(1.119.290)
Consignações a recolher	(476.541)	452.174
Provisão p/ Férias e Gratificação	(3.231.770)	(8.937.457)
Salários e Encargos a pagar	(1.782.370)	(1.827.359)
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>170.706.974</b>	<b>426.787.750</b>
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(105.213.962)</b>	<b>(172.035.498)</b>
Aquisição / alienação / baixa de bens do ativo imobilizado	(105.213.962)	(172.035.498)
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>(31.318.500)</b>	<b>201.657.214</b>
Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	23.021.661	58.727.078
Parcelamento de Dívidas Tributárias	17.180.682	-
Pagamento dos Parcelamentos da Dívida Contraída	(6.986.999)	(6.264.771)
Empréstimos Obtidos com Instituições Financeiras	-	177.047.441
Pagamentos de Empréstimos com Instituições Financeiras	(64.533.844)	(27.852.534)
<b>VARIAÇÃO NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES</b>	<b>34.174.512</b>	<b>456.409.466</b>
<b>SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES</b>	<b>488.797.833</b>	<b>32.388.367</b>
<b>SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES</b>	<b>522.972.345</b>	<b>488.797.833</b>

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	Valores Expressos em R\$(1)		
	NOTA	2025	2024
<b>Receita Operacional Líquida</b>	14	<b>588.303.354</b>	<b>862.581.520</b>
<b>Custo dos Serviços</b>	15	<b>(573.056.739)</b>	<b>(694.028.029)</b>
<b>Lucro Bruto</b>		<b>15.246.615</b>	<b>168.553.492</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	16	<b>(498.837.524)</b>	<b>(142.069.042)</b>
Comerciais		(54.937.675)	(73.166.367)
Administrativas		(108.589.750)	(98.900.296)
Fiscais e tributárias		(9.075.453)	(4.933.502)
Outras Despesas (receitas operacionais)		(326.234.646)	34.931.123
<b>Resultado Antes do Resultado Financeiro e Tributos</b>		<b>(483.590.909)</b>	<b>26.484.449</b>
Receitas (Despesas) Financeiras		42.918.917	(15.588.377)
Receitas Financeiras		69.825.031	7.203.806
Juros e encargos financeiros		(26.906.114)	(22.792.183)
<b>Lucro (Prejuízo) antes dos impostos e contribuições</b>		<b>(440.671.993)</b>	<b>10.896.073</b>
Contribuição Social		-	(877.641)
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício</b>		<b>(440.671.993)</b>	<b>10.018.432</b>
<b>Lucro (Prejuízo) por Ação do capital social (por lote de 1.000 ações)</b>		<b>-0,02937813</b>	<b>0,00066790</b>
<b>Quantidade de Ações</b>		<b>15.000.000.000</b>	<b>15.000.000.000</b>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

#### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PERÍODO DE 01/01/2024 A 31/12/2025)

CONTAS	Valores Expressos em R\$(1)					
	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL SUBVENÇÕES	RESERVA DE LUCROS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	TOTAL
<b>SALDOS EM 01.01.24</b>	<b>1.302.000.000</b>	<b>20.112.383</b>	<b>331.430</b>	<b>(73.141.391)</b>	<b>680.963.750</b>	<b>1.930.266.171</b>
ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL					58.727.078	58.727.078
RESULTADO DO EXERCÍCIO				10.018.432		10.018.432
RESERVA LEGAL						-
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL		-				-
<b>SALDO EM 31.12.2024</b>	<b>1.302.000.000</b>	<b>20.112.383</b>	<b>331.430</b>	<b>(63.122.960)</b>	<b>739.690.828</b>	<b>1.999.011.680</b>
ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL					23.021.661	23.021.661
RESULTADO DO EXERCÍCIO				(440.671.993)		(440.671.993)
RESERVA LEGAL			(331.430)	331.430		-
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL						-
<b>SALDO EM 31.12.2025</b>	<b>1.302.000.000</b>	<b>20.112.383</b>	<b>-</b>	<b>(503.463.523)</b>	<b>762.712.489</b>	<b>1.581.361.348</b>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

Valores Expressos em R\$(1)

ESPECIFICAÇÕES	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL SUBVENÇÕES	RESERVA DE LUCROS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	TOTAL
	<b>SALDOS EM 01.01.24</b>	<b>1.302.000.000</b>	<b>20.112.383</b>	<b>331.430</b>	<b>(73.141.391)</b>	<b>680.963.750</b>
ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL					58.727.078	58.727.078
RESULTADO DO EXERCÍCIO				10.018.432		10.018.432
RESERVA LEGAL						-
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL		-				-
<b>SALDO EM 31.12.2024</b>	<b>1.302.000.000</b>	<b>20.112.383</b>	<b>331.430</b>	<b>(63.122.960)</b>	<b>739.690.828</b>	<b>1.999.011.680</b>
ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL					23.021.661	23.021.661
RESULTADO DO EXERCÍCIO				(440.671.993)		(440.671.993)
RESERVA LEGAL			(331.430)	331.430		-
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL						-
<b>SALDO EM 31.12.2025</b>	<b>1.302.000.000</b>	<b>20.112.383</b>	<b>-</b>	<b>(503.463.523)</b>	<b>762.712.489</b>	<b>1.581.361.348</b>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

Gilvan dos Santos  
Diretoria de Produção e Qualidade

#### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

##### a) Declaração de Conformidade

A apresentação das demonstrações contábeis de 31/12/2025 e 31/12/2024 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis brasileiras, considerando a atual legislação societária brasileira, as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidos pelo CPC e homologados pelos órgãos competentes, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09 e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). Compreende o conjunto dessas demonstrações: o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração dos Fluxos de Caixa, apresentadas de forma comparativa conforme moeda funcional da Companhia.

##### 3. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Resaltamos os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis:

##### a) Apuração dos Resultados

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime de competência. Em decorrência do contrato de interdependência firmado com a nova concessionária,

a prática contábil de reconhecimento de receita foi alterada: anteriormente baseada em estimativas mensais de consumo (volumetria), a receita passou a ser reconhecida de forma linear. Dessa forma, registra-se mensalmente o montante fixo correspondente à disponibilidade e prestação do serviço no período, independentemente do volume produzido, garantindo que o saldo reflita o direito contratual de recebimento por competência.

## b) Estimativas Contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas para mensuração de provisões para créditos de liquidação duvidosa, estimativas de valor justo de determinados instrumentos financeiros, valor residual de ativo imobilizado, provisão para contingências, estimativas da vida útil de determinados ativos, provisão de ativos e passivos relacionados a empregados, e outras similares. As liquidações dessas transações envolvendo os valores calculados a base de estimativas, podem resultar em valores diferentes dos estimados em decorrência da imprecisão do processo utilizado para sua determinação.

## c) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de usuários, outros recebíveis, assim como valores a pagar de empreiteiros e fornecedores, além dos empréstimos, financiamentos, parcelamentos e outras dívidas. Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e posteriormente são mensurados ao valor justo, acrescido de eventuais rendimentos e encargos contratuais, ou reduzidos por eventuais expectativas de perdas quanto ao seu valor recuperável.

## d) Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários a vista em contas de livre movimentação ou vinculadas a convênios e às aplicações financeiras de liquidez imediata com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos correspondentes até a data do balanço.

## e) Contas a Receber de Usuários

Estão apresentadas pelos valores históricos a receber de clientes, reconhecidos pelo regime de competência e não foram efetuados ajustes a valor presente. O saldo de contas a receber está composto por valores a receber de usuários dentro do Estado de Sergipe, apresentando a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	2025	2024
Particulares	468.461.222	439.337.657
Público	113.098.661	115.131.245
Contas a Faturar	-	48.091.048
(-) Perdas Prováveis c/ Clientes	(399.869.657)	(362.210.052)
Contas a Receber, líquido	181.690.227	240.349.798

No final do exercício, a rubrica de Perdas Prováveis c/ Clientes apresentou o saldo acumulado de R\$ 399.869.657 (R\$ 362.210.052 em 2024). A movimentação das Perdas Prováveis c/ clientes foi a seguinte:

DESCRIÇÃO	2025	2024
Saldo no Início do Exercício	(362.210.052)	(360.116.718)
Perdas na realização de créditos	(53.403.416)	(54.538.944)
Recuperação de perdas de créditos	15.743.811	52.445.609
<b>Perdas / Recuperações líquidas no exercício</b>	<b>(37.659.605)</b>	<b>(2.093.335)</b>
<b>Baixas, Líquidas das Recuperações</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Saldo no Final do Exercício	(399.869.657)	(362.210.052)

Durante o exercício, foi contabilizado como perdas na realização de créditos o montante de R\$ 53.403.416 (R\$ R\$ 54.538.944 em 2024) e registrado como recuperação de créditos R\$ 15.743.811 (R\$ 52.445.609 em 2024). Dessa forma, o impacto das perdas de crédito no resultado do exercício foi de R\$ 37.659.605 (R\$ 2.093.335 em 2024).

A Composição das Perdas / Recuperação líquidas no exercício foi a seguinte:

DESCRIÇÃO	2025	2024
Residencial	(25.597.660)	(12.522.838)
Comercial	(2.538.833)	8.014.201
Industrial	(431.876)	(253.177)
Público	(9.091.236)	2.668.479
<b>Perdas / Recuperações líquidas no exercício</b>	<b>(37.659.605)</b>	<b>(2.093.335)</b>

No exercício de 2025, a Companhia consolidou sua transição para o novo modelo operacional decorrente do processo de concessão parcial dos serviços de distribuição e esgotamento sanitário. Após o encerramento da fase de operação assistida, observou-se uma alteração na dinâmica de recuperação dos créditos. Historicamente, a ferramenta de interrupção do fornecimento (corte do ramal) constituía o principal mecanismo de mitigação do risco de crédito e redução da inadimplência. Com a transferência da gestão direta da rede e do contato final com o consumidor para a nova concessionária, a DESO perdeu a prerrogativa técnica e operacional de execução dessa medida coercitiva direta.

Essa mudança estrutural resultou na limitação das estratégias de cobrança aos meios administrativos e extrajudiciais, restando apenas à negatificação junto aos órgãos de proteção ao crédito. Embora as medidas de cobrança "porta a porta" e negatificação sejam aplicadas de forma sistêmica, a ausência do corte como fator de indução ao pagamento gerou um aumento das perdas de crédito.

## f) Estoques

Os estoques de almoxarifado foram avaliados pelo efetivo custo médio de aquisição e não superam o valor de mercado. Os estoques encontram-se livres de ônus e garantias.

DESCRIÇÃO	2025	2024
Almoxarifado Central	2.014.893	1.391.838
<b>TOTAL</b>	<b>2.014.893</b>	<b>1.391.838</b>

## g) Transações com Partes Relacionadas

Saldo da indenização pela entrega dos ativos de concessão reversíveis:

DESCRIÇÃO	2025	2024
Ativo Não-Circulante Transações com Partes Relacionadas Igua Saneamento	94.923.202	261.477.480

Total da indenização dos ativos de concessão reversíveis:

DESCRIÇÃO	2025	2024
Passivo Não-Circulante Transações com Partes Relacionadas Igua Saneamento	94.923.202	653.693.699

## h) Imobilizado

Os bens do Ativo Imobilizado estão demonstrados ao custo de aquisição ou construção, acrescidos de correção monetária calculada até

31/12/1995, ajustados por depreciações acumuladas e calculadas por espécie de bens com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e taxas fiscais permitidas pela legislação do Imposto de Renda.

A companhia não efetuou estudo do valor recuperável de acordo com CPC 01 – Redução do Valor Recuperável de Ativos. Da mesma forma não foi realizado estudo para avaliação da vida útil restante dos bens representativos dos investimentos em infraestrutura que compõem o ativo imobilizado.

A composição do imobilizado do exercício findo em 31/12/2025:

DESCRIÇÃO	CUSTO CORRIGIDO	DEPRECIACÃO ACUMULADA	LÍQUIDO
Sistema de Produção de Água	868.589.759	435.671.497	432.918.262
Bens de Uso Geral	47.179.144	39.828.512	7.350.632
Subtotal em Operação	915.768.903	475.500.008	440.268.895
Obras em Andamento	931.965.317	-	931.965.317
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.847.734.220</b>	<b>475.500.009</b>	<b>1.372.234.212</b>

A composição do imobilizado do exercício findo em 31/12/2024:

DESCRIÇÃO	CUSTO CORRIGIDO	DEPRECIACÃO ACUMULADA	LÍQUIDO
Sistema de Abastecimento de Água	1.459.223.158	639.042.960	820.180.197
Sistema de Esgoto	676.444.707	135.605.079	540.839.628
Bens de Uso Geral	46.127.649	38.029.544	8.098.105
Subtotal em Operação	2.181.795.514	812.677.583	1.369.117.930
Obras em Andamento	837.781.804	-	837.781.804
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>3.019.577.318</b>	<b>812.677.583</b>	<b>2.206.899.735</b>

Em observância ao CPC 27 – Ativo Imobilizado, no exercício de 2025, a Companhia procedeu com a baixa contábil dos ativos imobilizados vinculados às etapas de distribuição de água e esgotamento sanitário. A baixa desses ativos fundamenta-se na transferência da posse e do controle operacional para a nova concessionária, o que cessa a geração de benefícios econômicos futuros para a DESO.

DESCRIÇÃO	CUSTO CORRIGIDO	DEPRECIACÃO ACUMULADA	LÍQUIDO (BAIXA)
Distribuição de água	599.541.957	244.100.218	355.441.739
Esgotamento sanitário	676.730.022	149.797.416	526.932.606
Subtotal em Operação	1.276.271.979	393.897.634	882.374.345

Os ativos vinculados à produção (captação, adução e estações de tratamento de água - ETAs) permanecem sob controle da DESO, não tendo sido objeto de baixa.

As taxas de depreciação utilizadas são as seguintes:

DESCRIÇÃO	TAXAS
Captação, Tratamento, Reservação, Coleta e Lançamento	2%
Adução e Redes	3%
Imóveis	4%
Hidrometros	5%
Móveis e Utensílios e Equipamentos Gerais	10%
Equipamento de Processamento de Dados e Veículos	20%

## i) Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquido dos custos de transações. Em seguida, os empréstimos e financiamentos são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido, considerando as taxas definidas no contrato no momento da captação dos referidos empréstimos e financiamentos.

## j) Provisão para Contingências

A provisão para contingências está constituída com base na avaliação de riscos prováveis, baseada no parecer dos consultores jurídicos para os processos conhecidos até 31/12/2025. As provisões somente são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, decorrente de resultado de eventos passados e sejam prováveis os riscos de perdas avaliados com base numa estimativa razoável do valor, que poderão resultar em saída de recursos para liquidação da obrigação.

## k) Demais Passivos Circulantes e Não-Circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

## 4. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DIVERSAS

Correspondem às seguintes impostos, taxas e contribuições diversas:

DESCRIÇÃO	2025	2024
PIS / PASEP	245.010	513.936
COFINS	1.130.815	2.372.010
CSLL	118.538	118.538
Tributos retidos na fonte	4.067.673	6.324.362
<b>TOTAL</b>	<b>5.562.036</b>	<b>9.328.846</b>

## 5. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos foram contraídos em moeda nacional, assim discriminados:

FINANCIADOR	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL	VENCIM. FINAL	TAXA ANUAL DE JUROS	ATUALIZ. MONET.
BC SANTANDER CT 000270012724	46.875.000	11.883.735	58.758.735	SET/2027	2,79	CDI
BC NORDESTE CT 5202385410111	12.450.000	43.821.530	56.271.530	DEZ/2039	1,82 / 2,22	IPCA
BC NORDESTE CT 5202116688760	21.740.000	108.039.639	129.779.639	DEZ/2039	1,82 / 2,22	IPCA
<b>TOTAIS</b>	<b>81.065.000</b>	<b>163.744.904</b>	<b>244.809.904</b>			

A Companhia contratou, em Março de 2024, empréstimo com o Banco Santander, no valor de R\$ 100 milhões, para viabilizar os desligamentos dos colaboradores que aderiram até 31 de Janeiro de 2024 ao Programa de Desligamento Voluntário Incentivado (PDV).

Em Junho de 2023, a Companhia assinou contrato de financiamento com o Banco do Nordeste (CT 5202385410111) em um montante de R\$ 375 milhões destinados na implantação e ampliação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em diversos municípios. Destes, R\$ 300 milhões corresponde ao valor financiado a ser desembolsado parceladamente e R\$ 75 milhões serão de contrapartida da Companhia.

Em Novembro de 2021, a Companhia assinou contrato de financiamento com o Banco do Nordeste (CT 5202116688760) em um montante de R\$ 270 milhões para ser aplicado na realização de obras de Saneamento Básico em Sergipe. Destes, R\$ 216 milhões corresponde ao valor financiado a ser desembolsado parceladamente e R\$ 54 milhões serão de contrapartida da Companhia.

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos pela arrecadação da Companhia, estando sujeitos a taxas de juros que variam de 1,82% a 6% ao ano e atualização monetária com base no CDI / IPCA, e vencimento final para Dezembro de 2039.

## 6. PARCELAMENTOS

FINANCIADOR	CURTO PRAZO	LONGO PRAZO	TOTAL	VENCIMENTO FINAL
REFIS LEI 12.996 - COD. 4720	197.896	-	197.896	JUL / 2026
REFIS LEI 12.996 - COD. 4737	579.141	1.206.108	1.785.249	MAR / 2029
PERT LEI 13.496 - COFINS	1.418.203	3.392.145	4.810.348	JUL / 2029
REFIS LEI 12.996 - COD. 4750	1.547.147	4.287.311	5.834.456	NOV / 2029
PERT LEI 13.496 - INSS	1.223.965	2.530.380	3.754.345	JAN / 2030
PARCELAMENTO SIMPLIF. INSS GILRAT I	1.551.974	7.878.969	9.430.943	MAI / 2030
PARCELAMENTO SIMPLIF. INSS GILRAT II	637.572	5.856.335	6.493.907	AGO / 2030
PARCELAMENTO SIMPLIF. PIS	18.674	308.349	327.023	OUT / 2030
<b>T O T A I S</b>	<b>7.174.572</b>	<b>25.459.597</b>	<b>32.634.169</b>	

Em 2025, a Companhia formalizou a adesão a três parcelamentos simplificados relativos dois débitos previdenciários (INSS) e um tributário (PIS/PASEP), todos parcelados em 60 meses e grande parte já se encontravam provisionados em rubrica de contingências fiscais.

Em 2020, foram realizados dois parcelamentos simplificados para regularização de débito previdenciário (INSS) e tributário (PIS/PASEP e COFINS), ambos parcelados em 60 meses. Em 2017, a Companhia aderiu ao REFIS DO PERT instituído pela Lei nº 13.496 de 24/10/2017, o qual optamos por parcelar em 145 meses os débitos com INSS/COFINS, consolidado em 2018. Em 2014, a Companhia aderiu ao parcelamento do governo federal da Lei nº 12.996 de 18/06/2024. Os prazos requeridos no parcelamento são de até 180 meses, estando os débitos remanescentes atualizados pela SELIC e e juros de 1% ao mês.

## 7. PROVISÕES S/ REMUNERAÇÃO E ENCARGOS

A composição apresenta os seguintes valores:

DESCRIÇÃO	2025	2024
Provisão Férias	10.066.808	13.298.577
<b>TOTAL</b>	<b>10.066.808</b>	<b>13.298.577</b>

## 8. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A composição apresenta os seguintes valores:

DESCRIÇÃO	2025	2024
Fundo Municipal de Saneamento	-	3.191.558
Outras Contas a Pagar	7.099	638.867
<b>TOTAL</b>	<b>7.099</b>	<b>3.830.425</b>

Historicamente, a Companhia mantinha o compromisso financeiro de realizar repasses ao Fundo Municipal de Saneamento Básico de Aracaju (FMSB), conforme estabelecido no contrato de programa. No entanto, em virtude do processo de concessão dos serviços de distribuição de água e esgotamento sanitário, a há mais obrigação legal de repasse pela Companhia.

## 9. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia registra provisões para ações cíveis, trabalhistas e tributárias classificadas como perda provável, as quais apresentaram a seguinte movimentação:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR BASE 31/12/25	PROVISÃO 31/12/25	PROVISÃO 31/12/24
<b>PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS</b>			
Provável	14.966.659	14.966.659	14.391.282
Possível	13.319.712	-	-
<b>PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS</b>			
Provável	11.898.750	11.898.750	9.182.066
Possível	13.860.393	-	-
<b>TOTAIS</b>	<b>54.045.514</b>	<b>26.865.409</b>	<b>23.573.348</b>

A Companhia é parte de diversos processos de origem trabalhistas, cíveis e tributários, na esfera administrativa e judicial. A avaliação das Contingências Passivas e seu grau de risco são avaliados pela área jurídica, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda classificada como provável e possível. A companhia adota como procedimento constituir provisão integral sobre os valores estimados como perdas prováveis nas demandas trabalhistas e cíveis. As ações de natureza trabalhista envolvem reclamações movidas, principalmente, por empresas prestadoras de serviços (responsabilidade subsidiária), reclamando rescisões contratuais, horas extras, entre outras demandas, assim como, ações movidas por empregados e ex-empregados da Companhia referente a direitos de acordo coletivo de trabalho. As ações de natureza cíveis relacionam-se com pedidos de indenizações de clientes, fornecedores e de danos causados a terceiros.

## 10 – RECURSOS VINCULADOS A CONVÊNIO

DESCRIÇÃO	2025	2024
Prefeitura de Aracaju	17.211.481	17.211.481
Secretaria do Desenv. Urbano e Infraestrutura. – SEDURBI	122.250.422	122.250.422
Secretaria do Planejamento – SEPLAN	2.199.108	2.199.108
Instituto e Colonização Agrária – INCRA	228.789	228.789
<b>TOTAL</b>	<b>141.889.800</b>	<b>141.889.800</b>

## 11. CAPITAL SOCIAL

O capital social autorizado é de 20.000.000.000 de ações. Em 31/12/2024, o capital social integralizado era de R\$ 1.302.000.000, composto por 15.000.000.000 de ações no valor nominal de R\$ 0,0868, sendo 12.000.000.000 de ações ordinárias e 3.000.000.000 de ações preferenciais, conforme quadro abaixo:

ACIONISTAS	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	TOTAL DE AÇÕES	TOTAL EM R\$
Estado – SE	11.999.999.537	2.974.890.723	14.974.890.260	1.299.820.475
Tesouro Nacional	0	24.312.654	24.312.654	2.110.338
Codevasf	0	289.809	289.809	25.155
DNOCs	0	232.935	232.935	20.219
Prefeituras	0	273.819	273.819	23.768
Diversos	463	60	523	45
<b>TOTAIS</b>	<b>12.000.000.000</b>	<b>3.000.000.000</b>	<b>15.000.000.000</b>	<b>1.302.000.000</b>

Será encaminhado para aprovação da Assembleia Geral, proposta para transferência do resultado do exercício para a conta de Prejuízos Acumulados. O capital social pertence inteiramente aos acionistas domiciliados no País, nos exercícios de 2025/2024.

## 12 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Neste exercício foi recebido do Governo do Estado o montante de R\$ 23.021.661, sendo os recursos transferidos por intermédio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura - SEDURBI, em nome do Governo do Estado de Sergipe, mediante convênios cujos recursos foram aplicados em diversas obras de água e esgotamento sanitário.

## 13. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

### a) Previdência Complementar

Para atendimento de cláusula do Acordo Coletivo de Trabalho, a Companhia contratou Plano de Previdência Complementar que será administrado pela MONGERAL AEGON Fundo de Pensão. O plano oferece os Benefícios de: - Aposentadoria, com as seguintes condições: I - contar no mínimo 55 (cinquenta) anos de idade; II - 60 (sessenta) contribuições ao Plano; e III - cessação do vínculo empregatício com o Patrocinador; - Benefício por Invalidez; - Benefício por Morte de Participante ou de Assistido. O Plano será custeado por meio de contribuições básicas mensais dos participantes que varia de 0,50% a 6,00% do salário de participação e contribuições facultativas adicionais e/ou voluntárias. O patrocinador contribuirá para o Plano com valor equivalente a 100% da contribuição básica do Participante.

### b) Indenização por tempo de serviço

Conforme cláusula do Acordo Coletivo de Trabalho, a Companhia pagará, como incentivo ao pedido de rescisão contratual, aos empregados que requererem até 31 de Janeiro de 2025 e que tenha prestado o mínimo de cinco anos de serviço efetivo, uma indenização por tempo de serviço constituída de: 5, 10, 15 e 20 vezes o valor do salário-base + incorporações (proporcional ao tempo de serviço); 30% do saldo do FGTS; aviso prévio equivalente a um mês de remuneração; R\$ 40.000,00 como incentivo pecuniário e plano de saúde por 36 meses após a rescisão contratual.

Em Setembro de 2024 a Diretoria Executiva aprovou o Regulamento do Programa de Desligamento Voluntário Incentivado (PDV) para reduzir o gasto de pessoal e garantir a saúde financeira da empresa diante do novo cenário da concessão parcial, contendo os seguintes benefícios: 20 vezes o valor do salário-base + incorporações e anuênios; 40% do saldo do FGTS; Aviso prévio equivalente a um mês de remuneração; R\$ 30.000,00 de incentivo pecuniário; R\$ 72.000,00 como incentivo pecuniário de assistência à saúde, para aquele que não permanecer no plano de saúde; Saldo de gozo de licença prêmio referente ao último quinquênio consolidada.

## 14. RECEITAS OPERACIONAIS

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

	2025	2024
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>612.443.855</b>	<b>895.056.813</b>
Receitas de Água	543.375.259	647.564.632
Receitas de Esgoto	60.146.829	169.001.671
Receitas de Outros serviços	57.012.815	73.167.739
Receitas a Faturar	(48.091.048)	5.322.772
<b>Deduções das Receitas Operacionais</b>	<b>(24.140.591)</b>	<b>(32.475.293)</b>
Pis/Pasep	(4.324.437)	(5.783.271)
Cofins	(19.816.064)	(26.692.021)
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>588.303.354</b>	<b>862.581.520</b>

A composição das receitas operacionais, por categoria, é a seguinte:

	2025	2024
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>612.443.855</b>	<b>895.056.813</b>
Residencial	216.121.921	623.602.127
Comercial	353.098.165	89.475.058
Industrial	4.209.741	15.899.299
Órgãos Públicos	30.092.260	87.589.819
Receitas de Outros serviços	57.012.815	73.167.739
Receitas a Faturar	(48.091.048)	5.322.772

## 15 – CUSTOS DOS SERVIÇOS

A Composição dos custos por natureza, é a seguinte:

	2025	2024
<b>CUSTOS DOS SERVIÇOS</b>	<b>(573.056.739)</b>	<b>(694.028.029)</b>
Pessoal	(236.582.781)	(252.808.135)
Energia Elétrica	(96.087.800)	(117.425.628)
Material de Tratamento	(44.375.115)	(44.870.724)
Outros Materiais	(9.573.146)	(20.771.556)
Serviços de Terceiros	(128.924.490)	(190.678.620)
Depreciação	(52.883.123)	(49.388.701)
Fundo Municipal de Saneamento Básico	(3.174.322)	(11.796.723)
Outros Custos	(1.455.963)	(6.287.940)

## 16 – DESPESAS OPERACIONAIS

A composição destas despesas por natureza é a seguinte:

	2025	2024
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(498.837.524)</b>	<b>(142.069.042)</b>
<b>Comerciais</b>	<b>(54.937.675)</b>	<b>(73.166.367)</b>
Pessoal	(42.759.390)	(50.141.181)
Material	(100.905)	(225.517)
Serviços e Terceiros	(11.593.160)	(21.763.644)
Outras despesas comerciais	(484.219)	(1.036.025)
<b>Administrativas</b>	<b>(108.589.750)</b>	<b>(98.900.296)</b>
Pessoal	(48.479.555)	(50.766.154)
Material	(516.344)	(797.301)
Serviços de Terceiros	(36.057.144)	(31.316.291)
Depreciação	(3.837.543)	(3.605.611)
Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	(3.292.061)	(2.332.114)
Outras despesas administrativas	(16.407.104)	(10.082.825)
<b>Fiscais e Tributárias</b>	<b>(9.075.453)</b>	<b>(4.933.502)</b>
Taxa pelo uso da água	(6.245.082)	(1.385.990)
Taxa agência reguladora	(2.710.974)	(3.486.749)
Outros impostos e taxas	(119.397)	(60.763)
<b>Outras despesas (receitas) operacionais</b>	<b>(326.234.646)</b>	<b>34.931.123</b>
Resgates Judiciais	2.546.498	3.420.633
Aluguéis de Imóveis	93.750	-
Restituição de impostos	32.822.058	33.739.969
Outorga Concessão	558.770.497	-
Baixa de Ativos	(882.374.345)	-
Perdas Líquidas de créditos	(37.750.869)	(2.093.335)
Outras despesas (receitas)	(342.235)	(136.145)

Em observância ao CPC 27 – Ativo Imobilizado, no exercício de 2025, a Companhia procedeu com a baixa contábil dos ativos imobilizados vinculados às etapas de distribuição de água e esgotamento sanitário. A baixa desses ativos fundamenta-se na transferência da posse e do controle operacional para a nova concessionária, o que cessa a geração de benefícios econômicos futuros para a DESO.

A Companhia aprovou o Regulamento do Programa de Desligamento Voluntário Incentivado (PDV) para reduzir o gasto de pessoal e garantir a saúde financeira da empresa diante do novo cenário da concessão parcial. Até o final do exercício, o montante de gasto com desligamentos foi na ordem de R\$ 125 milhões.

Através da solução de consulta COSIT nº 252, de 05 de Setembro de 2024, a Receita Federal reconheceu a sujeição ao regime de apuração cumulativo do Pis/Pasep e Cofins pelas empresas públicas ou sociedade de economia mista prestadora de serviços públicos essenciais. Diante disto, durante o exercício, a Companhia protocolou pedidos de compensação tributária, resultante da mudança do regime de apuração do Pis/Pasep e Cofins. A compensação e o ajuste gerou uma receita econômica neste exercício na ordem de R\$ 32,8 milhões para a Companhia.

Aracaju/SE, 31 de Dezembro de 2025.

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

O Conselho Fiscal da Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO, em cumprimento ao disposto no art. 163 da Lei nº 6.404/76, e ao estatuto da empresa, procedeu ao exame do Relatório de Gestão da Administração e das Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo de 31 de dezembro de 2025, à vista do Relatório dos Auditores Independentes – AUDIMEC Auditores Independentes S/S, com data de 31 de março de 2026, com ressalva e parágrafos de ênfase, elaborado de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Exceto pelas ressalvas e parágrafo de ênfase, apontados no Relatório de Auditoria Independente, o Conselho Fiscal, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES – RAI ACERCA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31/12/2025

### Aos

**Acionistas, Diretores e demais Administradores da  
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE - DESO**  
 Rua Campo do Brito, 331 – Praia 13 de Julho, Aracaju – Sergipe  
 CEP: 49.020-380  
 Telefone: (79) 3226-1000 - Site: www.deso-se.com.br  
 CNPJ (MF): 13.018.171/0001-90

### 1) Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE – DESO (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para Opinião com Ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE – DESO em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### 2) Base para Opinião com Ressalva

#### 2.1 Teste de Recuperabilidade dos Ativos Fixos - Resolução nº 1.292/2010 do CFC.

Consoante mencionado em nota explicativa nº 3 “h”, a Companhia não procedeu aos testes de recuperabilidade de seus Ativos Fixos conforme preconizado nos itens 9 e 10 da NBC TG 01 (R2) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, correspondente ao Pronunciamento nº 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução nº 1.292/10 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Conseqüentemente, ficamos impossibilitados de opinar sobre a necessidade de eventuais ajustes para o reconhecimento de possíveis perdas decorrentes da aplicação desse procedimento, bem como dos consequentes efeitos sobre os saldos do Ativo Imobilizado, do Patrimônio Líquido e do Resultado do Exercício sob nosso exame.

#### 2.2. Estudo para Reavaliação de Vida Útil - Resolução nº 1.177/2009 do CFC.

A companhia também não efetuou o estudo de reavaliação da vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado para definição das bases de cálculo e das taxas de depreciações, conforme estabelecido através da Resolução nº 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprova a NBC TG 27 (R2) – Ativo Imobilizado, de que trata o CPC 27. Como consequência, não nos foi possível mensurar os efeitos decorrentes da utilização das taxas de depreciação pelo prazo de vida útil restante e seus reflexos sobre o Ativo Imobilizado, Patrimônio Líquido e Resultado do Exercício sob nosso exame.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### 3) Ênfase:

#### 3.1) Contratos de Concessão

Mantendo nossa opinião inalterada enfatizamos como mencionado na nota explicativa nº 1 que passamos a transcrever: “O exercício de 2025 consolida a maior transformação estrutural na história da Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO), fundamentada no Novo Marco Legal do Saneamento (Lei Federal nº 14.026/2020) e nas diretrizes estabelecidas pela Microrregião de Água e Esgoto de Sergipe (MAES). Este processo teve seu marco inicial no leilão de concessão parcial realizado em 2024, no qual a concessionária Igua Saneamento sagrou-se vencedora para assumir a exploração dos serviços de distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto. A nova estrutura redefine o papel estratégico da DESO, que deixa de atuar na ponta final do consumo (do rio à torneira) para se posicionar como produtora de água tratada.

No mês de abril de 2025, encerrou-se formalmente o período de operação assistida, ocorrendo a transferência definitiva da responsabilidade operacional dos sistemas de distribuição de água e esgotamento sanitário para a concessionária. A partir deste marco, as atividades da DESO concentraram-se nos processos de captação e tratamento de água bruta. A relação comercial e operacional entre a Companhia e a concessionária passou a ser regida pelo Contrato de Interdependência, instrumento que define os volumes de água fornecidos, os padrões de qualidade e a tarifa, que passa a constituir a base principal das receitas operacionais da DESO. Como reflexo direto dessa mudança de controle e posse da infraestrutura, a Companhia promoveu, no exercício de 2025, a baixa contábil dos ativos vinculados à concessão parcial. Os bens que compunham o Ativo Imobilizado relativos às redes de distribuição, ramais e sistemas de coleta foram baixados em decorrência do encerramento da exploração direta por parte da DESO. Dessa forma, o patrimônio remanescente da Companhia passou a ser composto essencialmente por ativos estratégicos vinculados à produção de água, adução e infraestrutura de segurança hídrica, refletindo com fidedignidade a nova realidade operacional e patrimonial da entidade após a transferência dos serviços.”

### 4) Outros Assuntos

#### 4.1) Relatório da Administração

A administração da DESO é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de

Este Conselho, conclui, baseado no Relatório da Auditoria AUDIMEC Auditores Independentes S/S, que a referida documentação se encontra em condições de ser submetida à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Aracaju (Se) e Brasília, 06 de abril de 2026.

**DANIEL MARQUES ANDREOZZI**  
Presidente do Conselho

**ROOSEVELT SANTOS MENDONÇA MAYNART**  
Conselheiro

**MARCELO ARAQUAM DE SOUSA**  
Conselheiro

conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

**4.2) Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**  
As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nós, cujo Relatório de Auditoria, foi emitido em 21 de março de 2025, com opinião modificada contendo as mesmas ressalvas.

### 5) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a DESO continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a DESO ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### 6) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- ✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- ✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da DESO.
- ✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

### 7) Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE – DESO (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para Opinião com Ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE – DESO em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### 8) Base para Opinião com Ressalva

#### 2.1 Teste de Recuperabilidade dos Ativos Fixos - Resolução nº 1.292/2010 do CFC.

Consoante mencionado em nota explicativa nº 3 “h”, a Companhia não procedeu aos testes de recuperabilidade de seus Ativos Fixos conforme preconizado nos itens 9 e 10 da NBC TG 01 (R2) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, correspondente ao Pronunciamento nº 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovado pela Resolução nº 1.292/10 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Conseqüentemente, ficamos impossibilitados de opinar sobre a necessidade de eventuais ajustes para o reconhecimento de possíveis perdas decorrentes da aplicação desse procedimento, bem como dos consequentes efeitos sobre os saldos do Ativo Imobilizado, do Patrimônio Líquido e do Resultado do Exercício sob nosso exame.

## 2.2. Estudo para Reavaliação de Vida Útil - Resolução nº 1.177/2009 do CFC.

A companhia também não efetuou o estudo para reavaliação da vida útil dos bens integrantes do ativo imobilizado para definição das bases de cálculo e das taxas de depreciações, conforme estabelecido através da Resolução nº 1.177/09 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a NBC TG 27 (R2) – Ativo Imobilizado, de que trata o CPC 27. Como consequência, não nos foi possível mensurar os efeitos decorrentes da utilização das taxas de depreciação pelo prazo de vida útil restante e seus reflexos sobre o Ativo Imobilizado, Patrimônio Líquido e Resultado do Exercício sob nosso exame.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### 9) Ênfase:

#### 3.1) Contratos de Concessão

Mantendo nossa opinião inalterada enfatizamos como mencionado na nota explicativa nº 1 que passamos a transcrever: “O exercício de 2025 consolida a maior transformação estrutural na história da Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO), fundamentada no Novo Marco Legal do Saneamento (Lei Federal nº 14.026/2020) e nas diretrizes estabelecidas pela Microrregião de Água e Esgoto de Sergipe (MAES). Este processo teve seu marco inicial no leilão de concessão parcial realizado em 2024, no qual a concessionária Iguá Saneamento sagrou-se vencedora para assumir a exploração dos serviços de distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto. A nova estrutura redefine o papel estratégico da DESO, que deixa de atuar na ponta final do consumo (do rio à torneira) para se posicionar como produtora de água tratada.

No mês de abril de 2025, encerrou-se formalmente o período de operação assistida, ocorrendo a transferência definitiva da responsabilidade operacional dos sistemas de distribuição de água e esgotamento sanitário para a concessionária. A partir deste marco, as atividades da DESO concentraram-se nos processos de captação e tratamento de água bruta. A relação comercial e operacional entre a Companhia e a concessionária passou a ser regida pelo Contrato de Interdependência, instrumento que define os volumes de água fornecidos, os padrões de qualidade e a tarifa, que passa a constituir a base principal das receitas operacionais da DESO. Como reflexo direto dessa mudança de controle e posse da infraestrutura, a Companhia promoveu, no exercício de 2025, a baixa contábil dos ativos vinculados à concessão parcial. Os bens que compunham o Ativo Imobilizado relativos às redes de distribuição, ramais e sistemas de coleta foram baixados em decorrência do encerramento da exploração direta por parte da DESO. Dessa forma, o patrimônio remanescente da Companhia passou a ser composto essencialmente por ativos estratégicos vinculados à produção de água, adução e infraestrutura de segurança hídrica, refletindo com fidedignidade a nova realidade operacional e patrimonial da entidade após a transferência dos serviços.”

### 10) Outros Assuntos

#### 4.1) Relatório da Administração

A administração da DESO é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

#### 4.2) Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nós, cujo Relatório de Auditoria, foi emitido em 21 de março de 2025, com opinião modificada contendo as mesmas ressalvas.

#### 11) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a DESO continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a DESO ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### 12) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e sufi-

ciente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- ✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da DESO.
- ✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- ✓ Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a DESO a não mais se manter em continuidade operacional.
- ✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a DESO a não mais se manter em continuidade operacional.

- ✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Aracaju/SE, 31 de março de 2026

**AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S**  
CRC/PE 000150/O “S”SE

**Thomaz de Aquino Pereira**  
Contador – CRC/PE 021100/O-8 “S” SE



Documento assinado e certificado digitalmente conforme MP nº 2.200/2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado.



Agência Jornal de Notícias



www.ajn1.com.br

Aponte a camera do seu celular para o QR code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Correio de Sergipe. Acesse também por meio do link: <https://ajn1.com.br/publicacaolegal/>



# CORREIO DE SERGIPE

QUEM LÊ SABE MAIS

Ano XXIII • Aracaju (SE)

FUNDADOR: JOÃO ALVES NETO, EM 21 DE JANEIRO DE 2001

Aracaju (SE), **SÁBADO 16** de maio de 2026

## BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

CNPJ: 13.018.171/0001-90

### ATIVO

Valores Expressos em R\$(1)

#### ONDE LER-SE

NOTA 2025 2024

**CIRCULANTE 709.069.778 739.399.263**

**CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 522.972.345 488.797.833**

Caixa e bancos 365.703 8.651.285

Aplicações de liquidez imediata5 22.606.642 480.146.548

#### LER-SE-A

NOTA 2025 2024

**CIRCULANTE 709.069.778 739.399.263**

**CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 522.972.345 488.797.833**

Caixa e bancos 365.703 8.651.285

Aplicações de liquidez imediata 522.606.642 480.146.548

REPUBLICAÇÃO: Esta publicação substitui o trecho referente ao Grupo "CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA", constante no Balanço Patrimonial do exercício de 2025 da Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO, na edição de Fim de Semana de 25 a 27 de Abril de 2026, página A07, do jornal Correio de Sergipe, impresso e digital, que foi publicado com erro de diagramação na linha de "Aplicações de liquidez imediata"

# PUBLICIDADE LEGAL



## EDIÇÃO DIGITAL

CONFORME A EXIGÊNCIA DA LEGISLAÇÃO:  
LEI Nº 6.404/1976 E SUAS ALTERAÇÕES,  
LEI Nº 8.639/1993, LEI Nº 13.818/19 E  
LEI COMPLEMENTAR Nº 182/2021

**ajn<sup>1</sup>**  
AGÊNCIA JORNAL DE NOTÍCIAS

**CORREIO DE SERGIPE**  
QUEM LÊ SABE MAIS



Documento assinado e certificado digitalmente conforme MP nº 2.200/2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado.

Aponte a camera do seu celular para o QR code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Correio de Sergipe. Acesse também por meio do link: <https://ajn1.com.br/publicacaolegal/>



Agência Jornal de Notícias

**ajn<sup>1</sup>**

[www.ajn1.com.br](http://www.ajn1.com.br)